

Projeto do PCB admite propriedade privada

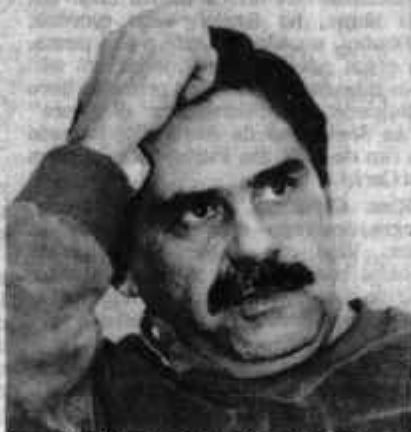
Da Reportagem Local

Pensando Santos

Um projeto realista para o Estado de Direito democrático. Foi assim que o presidente do Diretório Regional paulista do Partido Comunista Brasileiro, Jarbas de Holanda, 48, definiu ontem, em São Paulo, o anteprojeto de Constituição elaborado pelo PCB e apresentado na semana passada ao presidente José Sarney, em Brasília. Pelo anteprojeto, os comunistas admitem a existência da propriedade privada (submetida a controles governamentais), o aborto, o voto aos dezesseis anos, o pluralismo partidário, o serviço militar obrigatório e a estatização do setor financeiro.

"É a utopia com os pés no chão", disse Holanda ao explicar a proposta. Segundo ele, "a construção do socialismo passa pela estabilidade e aprofundamento da democracia no Brasil". Dentro desse pensamento, Holanda disse que a propriedade privada "é da própria essência do capitalismo, mas deve ser vista como objeto de controles sociais crescentes". Esses controles, segundo ele, seriam a participação dos trabalhadores na gestão das empresas privadas, mesmo as grandes, e o direito de greve irrestrito, sem intervenção do Estado.

O anteprojeto prevê o controle do



Jarbas de Holanda, do PCB

ingresso de capital estrangeiro no Brasil e restrições à remessa de lucros para o exterior. No entanto, Holanda declarou que os comunistas não são indiscriminadamente contra o capital estrangeiro: "Não temos uma visão autárquica do desenvolvimento brasileiro. O nosso desenvolvimento depende da evolução do capitalismo e do socialismo em nível internacional". E, como exemplo do aplauso comunista a essas relações, citou os recentes acordos de cooperação econômica com a Argentina, assinados pelo presidente José Sarney.

O dirigente pecebista também confirmou que o partido defende a estatização do setor financeiro, "mas a longo prazo". Segundo ele, o Plano Cruzado já deu um passo nesse sentido ao privilegiar as atividades produtivas. "Temos que acabar com o parasitismo financeiro", afirmou. Embora o anteprojeto do PCB dê competência aos Estados para também executar a reforma agrária, Holanda diz que, inicialmente, só devem ser desapropriados os latifúndios improdutivos.

Com relação ao aborto —que seria legalizado, segundo a proposta do PCB—, Holanda disse que o partido se limitou a antecipar o debate sobre a questão. Os comunistas defendem o direito de voto aos dezesseis anos —"uma aposta do PCB na juventude, antecipando-lhe a cidadania", afirma o dirigente comunista. No entanto, o anteprojeto determina a obrigatoriedade do serviço militar, não prevenindo a alegação de objeção de consciência.

Holanda só não soube explicar como funcionariam as três Câmaras Legislativas Permanentes em que se dividiria o Congresso Nacional, de acordo com o anteprojeto de Constituição dos pecebistas. Unicameral, com 561 deputados eleitos, o Congresso se dividiria nessas três câmaras, mas não há definição de suas responsabilidades e competência.